

Caderno Explicativo

Como Funciona o PDPI?

Informações Básicas sobre o "Projetos Demonstrativos
dos Povos Indígenas"

Como Surgiu o PDPI?

Em 1990 os países do G-7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) estavam preocupados com a proteção das florestas tropicais do Brasil e em 1991 fizeram um acordo com o Governo Brasileiro para dar apoio técnico e financeiro na criação do "Programa Piloto para proteção das Florestas Tropicais do Brasil", que ficou conhecido como PPG-7.

Nesta época, o Governo brasileiro e os países do G-7 começaram a perceber que as Terras Indígenas, principalmente na Amazônia, mantinham o meio ambiente bastante preservado quando comparadas com outras áreas e que os Povos Indígenas eram muito importantes, tanto política como culturalmente, para ajudar a proteger as florestas tropicais do Brasil. Por conta disso, o PPG-7 começou a apoiar, a partir de 1996, o "Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia legal" (PPTAL), elaborado e executado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Com o PPTAL, muitas Terras Indígenas foram regularizadas e o Movimento Indígena, que até então tinha como principal objetivo lutar pela demarcação das terras, se viu diante de um novo desafio: fazer a gestão ambiental das terras indígenas demarcadas para garantir a sustentabilidade dos recursos naturais nelas existentes para as gerações futuras. Cada povo tem sua história, sua cultura, seu modo de usar e proteger o território. Apesar de a demarcação ter sido um passo muito importante para a preservação das terras indígenas, muitos problemas continuaram, como as ameaças de invasão, pressão de fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, entre outras.

Naquele tempo não tinha um projeto específico voltado para a gestão ambiental em terras indígenas, então, muitas comunidades e organizações indígenas mandavam seus projetos para o "Projetos Demonstrativos" (PDA), programa financiado pelo PPG-7 dentro do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em funcionamento desde 1995, que

apoiava propostas de gestão ambiental para servir de exemplo para outros locais. Os Povos Indígenas enfrentaram muitas dificuldades para ter seus projetos aprovados pelo PDA, já que este programa apoiava não somente os indígenas, mas também ribeirinhos, seringueiros e outras populações tradicionais. Por causa dessa dificuldade, o Movimento Indígena decidiu se mobilizar para exigir do Governo um programa para apoiar a gestão ambiental nas terras indígenas que atendesse as especificidades culturais e políticas destes povos.

No fim da década de 90 começaram as negociações entre o Movimento Indígena da Amazônia, representado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Governo Federal e os Doadores internacionais para criar um programa de apoio à gestão ambiental nas terras indígenas que tivesse uma "cara indígena" e que fosse adequado para seu público alvo. Assim surgiu o "Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas" (PDPI), como resultado deste processo de negociação feito em várias reuniões, as principais delas realizadas em Manaus (AM), Tefé (AM) e Brasília (DF).

O PDPI foi criado dentro do MMA, com financiamento do PPG-7 e contrapartida do Governo do Brasil para a manutenção da unidade de gerenciamento e da equipe. O trabalho começou com a contratação de um gerente indígena e com a transferência da sede para Manaus em 2000. Atualmente o PDPI funciona dentro do MMA, mas com sede em Manaus, com recursos financeiros e apoio técnico do Programa Piloto, que substituiu o PPG-7.

O que é o PDPI?

PDPI quer dizer **Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas** e é um programa que funciona dentro do Ministério do Meio Ambiente, na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, para incentivar projetos indígenas da Amazônia Brasileira, que possam servir como exemplo para outros povos e locais. Os projetos indígenas apoiados pelo PDPI são financiados pelo Governo Alemão com recursos de doação através do banco KfW.

O PDPI funciona com base em princípios e regras que foram combinadas durante as negociações entre Governo Brasileiro, Movimento Indígena e Doadores. Este caderno serve para explicar como são as regras para conseguir apoio do PDPI.

O PDPI está dividido em dois componentes: (1) o componente do **Fortalecimento Institucional** e (2) o componente dos **Projetos**.

Componente: Fortalecimento Institucional

O componente **Fortalecimento Institucional** foi criado com o objetivo de fortalecer o Movimento Indígena de forma estratégica, ou seja, dando atenção para as necessidades específicas de cada região da Amazônia Brasileira. A Amazônia Oriental, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Pará, Amapá e parte do Mato Grosso, foi escolhida como região prioritária para receber este tipo de apoio por se tratar de uma região onde o Movimento Indígena é ainda pouco articulado.

Até o início de 2006, o componente era financiado pelo Governo Britânico através do DFID. A partir deste ano as atividades do DFID no Brasil foram encerradas e o Movimento Indígena está negociando com o Governo Alemão para que o PDPI continue apoiando o Fortalecimento Institucional.

O PDPI apóia o Fortalecimento Institucional das organizações e do Movimento Indígena através de três diferentes linhas de ação:

- a) Apoio a articulação indígena:** financiamento de ações de articulação como assembléias, reuniões, encontros, entre outras, até o valor máximo de R\$ 5 mil por proposta. As propostas são encaminhadas ao PDPI e julgadas todos os meses por uma Câmara Técnica composta por pessoas da equipe técnica do PDPI, da GTZ e da COIAB.
- b) Apoio institucional:** apoio a projetos induzidos na Amazônia Oriental para realizar um diagnóstico organizacional participativo e planejar as ações de organizações-chave na região.
- c) Cursos de capacitação para gestores de projetos e organizações indígenas:** foi realizado um curso de um ano que formou 30 gestores de projetos indígenas de todas as regiões da Amazônia Brasileira e há um plano de começar um novo curso para gestores de organizações indígenas.

Componente: Projetos

O componente dos **Projetos** foi criado para apoiar iniciativas dos povos indígenas em suas terras que pudessem servir como exemplo para outros povos e comunidades. A idéia é que os próprios índios façam seus projetos (com ou sem ajuda de assessores), planejem as atividades e consigam colocar em prática o que foi planejado para fortalecer a autonomia indígena.

Qual a diferença entre o PDPI e outros Programas que financiam projetos indígenas?

A diferença é que o PDPI não foi criado pelo Governo ou por alguém que não conheça a realidade dos índios no Brasil, as regras e princípios do PDPI foram discutidos e negociados com participação intensa do Movimento Indígena da Amazônia junto ao Governo e aos Doadores. Além disso, o PDPI é coordenado por um Gerente Indígena e sua instância deliberativa, a Comissão Executiva, é composta por membros do Governo e por representantes indígenas indicados pela COIAB. Isso significa que quem aprova ou reprovava projetos no PDPI são os próprios índios.

O PDPI pode apoiar qualquer projeto indígena?

Não!!!!!! Lembrem que o PDPI é antes de tudo um programa que funciona dentro do Ministério do Meio Ambiente e que ele foi pensado para apoiar a gestão ambiental nas terras indígenas. Além disso, existe uma série de regras e princípios que foram negociados entre o Movimento Indígena da Amazônia, o Governo Federal e os Doadores para determinar os tipos de projetos indígenas que o PDPI pode aprovar.

Que tipo de projeto indígena o PDPI pode apoiar?

Os projetos encaminhados ao PDPI devem respeitar (I) os **princípios básicos** do programa, (II) se encaixar nas **áreas temáticas** e (III) obedecer os **critérios** de elegibilidade para que possam ser aprovados.

IMPORTANTE:

Como os recursos do PDPI são limitados (pois são destinados a todos os povos indígenas da Amazônia Legal), haverá uma **concorrência** entre os projetos e somente os melhores serão apoiados. Não há garantia de aprovação de um projeto, mesmo que ele esteja bom, já que podem existir projetos melhores que aquele.

I. Princípios do PDPI

- Respeito pelos diferentes modos de vida e pela cultura dos povos indígenas.
- Fortalecimento das condições de desenvolvimento autônomo das comunidades e organizações indígenas: o PDPI não apóia projetos assistencialistas.
- Valorização dos conhecimentos dos povos indígenas;
- Respeito pela legislação ambiental.

II. Áreas Temáticas: para quais atividades podem ser solicitados recursos do PDPI?

- **Valorização Cultural** - atividades voltadas para fortalecer o modo de vida de cada povo indígena, sua cultura, sua organização social e política e os conhecimentos que têm da natureza.

- **Atividades Econômicas Sustentáveis** - atividades voltadas para a produção e/ou uso de recursos naturais, seja para a subsistência ou para comercialização, que não coloquem em risco os ecossistemas e o meio ambiente da terra indígena.
- **Proteção das Terras Indígenas** - estratégias de proteção dos territórios indígenas para evitar a pressão de madeireiros, garimpeiros e outros invasores nos seus limites, garantindo o uso exclusivo dos recursos naturais da terra indígena para os índios.

Como fortalecer o modo de vida de cada povo indígena?

- Valorizando os conhecimentos tradicionais e o incentivo à sua prática;
- Promovendo a troca de experiências (intercâmbio) entre diferentes comunidades e povos indígenas;
- Valorizando os processos de transmissão das tradições culturais e do uso da própria língua;
- Valorizando as práticas de educação e tecnologia tradicionais e das artes indígenas;
- Promovendo o registro escrito e/ou áudio-visual de eventos culturais;
- Protegendo a propriedade intelectual, dos conhecimentos e do controle sobre os recursos naturais das terras indígenas.

Como usar os recursos naturais sem por em risco o meio ambiente?

- Incentivando as atividades tradicionais de subsistência, como o plantio de roças familiares, expedições de caça, pesca e coleta. O PDPI deseja que a comunidade produza o máximo possível do que consome na sua própria terra para reduzir a dependência de produtos de fora. Porém, não tem sentido apresentar um projeto que apenas solicite apoio para atividades de rotina, como a roça familiar

anual. É importante explicar bem porquê e para quê a comunidade precisa de ajuda: se houve seca, se perderam as sementes, ou experimentar novos cultivos e tecnologias.

- Incentivando os plantios diversificados e consorciados (sistemas agroflorestais), isto é, vários tipos de plantios juntos e uso de técnicas agroecológicas (adubo orgânico, controle natural de pragas, etc). Esse tipo de plantio diversificado tem a vantagem de diminuir o risco de pragas e esgotamento da terra e já é praticado nas roças de muitas comunidades indígenas.
- Promovendo estudos e diagnósticos da biodiversidade (variedade de plantas e animais) e do potencial de uso dos recursos naturais da terra, considerando os conhecimentos indígenas;
- Apoiando a criação ou manejo de animais domésticos e silvestres para a segurança alimentar. Muitas comunidades indígenas têm problemas sérios de alimentação pela falta cada vez maior de caça e pesca. Por isso, o PDPI pode apoiar projetos de criação de animais (como galinhas, porcos e bois), apesar disto não ser parte da cultura tradicional indígena. Porém, é importante justificar a necessidade de criação dos animais e explicar como a comunidade pretende mantê-los em termos de alimentação, problemas sanitários e doenças. A criação de animais silvestres também pode ser apoiada desde que esteja de acordo com a legislação ambiental.
- Incentivando novas possibilidades econômicas através do uso de recursos naturais de florestas, lagos, lagoas, rios e igarapés sem prejudicar estes recursos, como extrativismo com plano de manejo, etc. Deve ser respeitada a legislação ambiental;
- Apoiando iniciativas para melhorar a qualidade e a aceitação dos produtos indígenas (excedentes agrícolas, itens de coleta e da produção artesanal e cultural) para sua comercialização.

Como proteger as terras indígenas?

- Fiscalizando, vigiando e fazendo a manutenção dos limites das terras;
- Melhorando a ocupação da terra indígena através da mudança de aldeias para locais estratégicos, de expedições constantes de caça, pesca ou coleta, protegendo áreas que estão ameaçadas de invasão ou próximas aos limites da terra indígena;
- Conscientizando a população não-indígena e indígena sobre os limites demarcados para evitar ou diminuir conflitos e invasões;
- Reduzindo os prejuízos ao meio ambiente, causados por atividades econômicas de áreas próximas ou ao redor da terra indígena. Uma forma de reduzir estes prejuízos pode ser através do plantio de frutos nativos ou re-povoamento de áreas que não têm mais caça ou pesca.
- Recuperando áreas das terras indígenas destruídas por desmatamentos, garimpos, pecuária, invasões, etc. mediante a elaboração e a aplicação de planejamento ambiental, considerando os conhecimentos indígenas.

III. Critérios: que tipo de projeto é considerado bom pelas regras do PDPI?

Para ser considerado bom e ter chances de ser aprovado na **concorrência** do PDPI, o projeto deve ser:

1. Inovador: Ou seja, ele deve oferecer novas soluções para velhos problemas. Ser inovador no contexto do PDPI não significa fazer alguma coisa nunca feita anteriormente. Dependendo da situação de cada povo, organização ou comunidade indígena, o que já é prática conhecida para alguns, pode ser muito "inovador" para outros, requerendo mudanças culturais e sociais profundas - por exemplo, começar a criar animais ou peixe onde antigamente só tinham caça e pesca. O caráter inovador se refere não só a novas tecnologias, mas também a novos modelos de gestão ou de

organização. É importante, sobretudo para os assessores, não aplicar "receitas de bolo" dos manuais técnicos, mas adaptar a proposta à realidade local.

2. Demonstrativo: O PDPI não é um projeto assistencialista. Como conta com recursos limitados, o PDPI também não pode resolver todos os problemas, ou atender todas as necessidades dos povos indígenas da Amazônia. Neste contexto, "demonstrativo" significa que o PDPI apóia iniciativas que, por meio de divulgação e disseminação, possam servir de exemplo para outros povos, organizações ou comunidades indígenas e que possam influenciar nas políticas públicas de relevância para os povos indígenas.

3. Participativo: O projeto encaminhado ao PDPI deve ser "dos índios para os índios", ou seja, pode ser assessorado por profissionais de diferentes áreas, mas não pode partir dos assessores. O projeto deve envolver, segundo os padrões culturais de cada povo indígena, uma ampla gama de pessoas (pensem no papel dos homens e mulheres, dos jovens e idosos no projeto!) na sua elaboração, no planejamento e na execução das atividades, na distribuição dos benefícios, no monitoramento e na avaliação final. Ou seja, não é suficiente que o cacique ou o capitão elabore o projeto com algum assessor e que a "participação" da comunidade consista só de contribuição de mão de obra (mutirão). Uma ampla participação estimula o interesse, a transparência e uma boa gestão, aumentando as chances de sucesso e fortalecendo assim a auto-estima e a autonomia da organização ou comunidade indígena.

4. Sustentável: O "Desenvolvimento Sustentável", no sentido de atender as "necessidades das gerações atuais sem sacrificar as possibilidades das futuras gerações de preencher as suas", é um conceito que tem sido discutido desde pelo menos a década de 90, tanto no Brasil quanto internacionalmente. O desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, culturais e institucionais. Para o PDPI, isso significa que os projetos indígenas não devem acabar com os

recursos naturais das quais as futuras gerações dependerão, e devem pensar em estratégias de continuidade das atividades no longo prazo.

AUTONOMIA INDÍGENA

Aplicando estes critérios, o objetivo do PDPI é de apoiar idéias, iniciativas e experiências que possam reduzir as dependências existentes de muitos povos indígenas de agências governamentais ou não-governamentais e de apoiar sua crescente autonomia. Queremos que os indígenas tenham, cada dia mais, todas as condições para eles mesmos resolverem seus problemas.

Outros dois assuntos importantes

1. Continuidade das atividades e benefícios: A meta do apoio do PDPI é que, com o fim do projeto, as atividades e os benefícios não sejam interrompidos. Infelizmente, existem muitos casos no mundo inteiro onde depois do dinheiro de um projeto acabar, não existe uma estratégia de como manter prédios e veículos, pagar salários ou continuar reuniões.

Por isso, projetos em que a comunidade se reuniu e pensou formas de garantir a continuidade das atividades após o financiamento do PDPI levam vantagem na avaliação e julgamento. Em situações onde um financiamento pelos recursos da própria comunidade, pelo menos à curto prazo, não é possível, é importante pensar em formas realistas de aumentar sua contribuição e de captar recursos externos. Não é suficiente pedir uma extensão do projeto ao PDPI ou voltar a pedir apoio da FUNAI!

2. Estratégia de divulgação e disseminação: Como já se enfatizou, o PDPI apóia iniciativas indígenas inovadoras e demonstrativas para que os resultados e as experiências possam ser divulgadas e disseminadas, seja para outros povos indígenas, para diferentes setores do Governo ou ONGs indigenistas. O PDPI tem a responsabilidade de elaborar e implementar estratégias de divulgação e disseminação

dos resultados e experiências interessantes, sobretudo no nível regional, nacional e até internacional. Porém, se houver condições, sugerimos que os proponentes de projetos já pensem em incluir na proposta do projeto (plano de trabalho e orçamento) atividades de divulgação (por exemplo: a elaboração de cartilhas, boletins ou programas de rádio) e de disseminação (por exemplo: a organização de visitas de intercâmbio ou de oficinas) na sua região .

O que NÃO PODE ser apoiado pelo PDPI?

1. Atividades contrárias aos direitos e aos interesses dos povos indígenas ou que não estejam regulamentadas pela legislação.
2. Atividades de responsabilidade exclusiva do Governo Brasileiro:
 - Assistência à saúde, de responsabilidade da FUNASA;
 - Assistência ou programas para a educação formal escolar, de responsabilidade das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação com o apoio do Ministério da Educação.
3. Atividades que prejudiquem o meio ambiente:
 - Exploração mineral;
 - Pecuária fora das áreas de campos nativos ou já existentes;
 - Atividades agro-industriais que possam causar poluição;
 - Atividades de extrativismo sem plano de manejo ou que não respeitem a legislação ambiental;
 - Uso de materiais não-degradáveis sem plano de coleta ou reciclagem;
 - Uso de agrotóxicos ou adubos químicos;
 - Introdução de espécies exóticas de fauna e flora (espécies que não são nativas da região);

- Plantios do tipo monocultura (plantio de uma única espécie numa área);
- Técnicas de agricultura mecanizada.

4. Outros

- Pagamento de salários a membros da comunidade envolvidos no projeto como beneficiários: na realização das atividades rotineiras de benefício privado imediato, como limpeza de roças, castanhais, construção de açudes, etc., não é possível realizar pagamento para membros da comunidade. Recomenda-se que este trabalho seja considerado pela comunidade como Contrapartida. Para membros da comunidade que atuem na Equipe Permanente é possível realizar o pagamento de remuneração, se esse trabalho impede outras atividades econômicas ou de sobrevivência, ou seja, se a pessoa for se dedicar exclusivamente àquela atividade do projeto e não puder mais produzir as coisas que necessita.

QUE TIPOS DE PAGAMENTOS SÃO PERMITIDOS NO PROJETO?

Gastos com "equipe permanente": os projetos podem dar remuneração para pessoas das comunidades beneficiárias que vão trabalhar nas atividades durante toda a duração do projeto e em tempo integral (isto é, não terão tempo para se dedicar às outras atividades de rotina, como agricultura, extrativismo ou caça e pesca). Por exemplo: coordenador do projeto, secretário, etc. Podem também pagar assessores técnicos, contadores, etc. Estes pagamentos devem ser incluídos no elemento de despesas "Equipe Permanente". É importante compreender que o PDPI tem recursos limitados, logo se a equipe permanente é grande, boa parte do dinheiro do projeto será destinada ao pagamento de pessoas, deixando menos recursos para atividades mais importantes. Assim, é necessário avaliar e justificar a real necessidade de se ter uma equipe permanente, com quantas pessoas e explicar bem as

atividades de cada membro dela.

Gastos com "serviços de terceiros": o projeto pode pagar também pessoas de dentro ou de fora da comunidade que realizam serviços em atividades específicas, com tempo determinado para início e fim, ou com tempo parcial (isto é, terão parte do dia para se dedicar a outra atividade) Por exemplo: pedreiro para construção, técnico para instalar antena de rádio, motorista, etc. Estes gastos devem ser classificados como "serviços de terceiros".

- Obras civis: construção de rodovias, barragens, aterros e drenagens com efeitos negativos sobre a natureza;
- Reformas dos bens dos patrimônios da União, como postos e outras instalações da FUNAI ou de outros órgãos de governo;
- Construções religiosas não tradicionais;
- Compras de terras ou imóveis;
- Compras de armas e munições;
- Custos com a legalização de cooperativas ou associações
- Taxas de cartório, multas e impostos;
- Pagamento de dívidas contraídas antes do início de um projeto aprovado;
- Compra de bens e equipamentos sem justificativa relacionada às atividades do projeto.

Quem pode PROPOR projetos para o PDPI?

Podem propor projetos ao PDPI somente organizações que estejam regulamentadas segundo a lei brasileira e que possuam os seguintes documentos:

- *Estatuto registrado em cartório*
- *Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)*

As organizações que propõem projetos são chamadas de **proponentes** e podem ser:

- Organizações Indígenas regulamentadas ou
- ONGs (Organizações Não Governamentais) formadas por não-índios que apóiam os povos indígenas na manutenção e fortalecimento de sua vida tradicional ou que apóiam projetos em defesa dos recursos naturais.

Estas organizações só podem ser **proponentes** se forem convidadas **por escrito** (através de carta) pelas comunidades indígenas que vão executar o projeto.

Quem pode EXECUTAR o projeto aprovado?

Qualquer comunidade indígena (aldeia, maloca, famílias) localizada na **Amazônia Legal** que esteja **com suas terras** demarcadas ou, pelo menos na etapa de **identificação** pelo governo brasileiro pode EXECUTAR um projeto desde que ele seja aprovado no PDPI.

O PDPI só aceita projetos **propostos** por organizações que estejam regulamentadas na lei brasileira. Se as comunidades indígenas não tiverem uma associação regulamentada, podem buscar parceria com outra organização já registrada (indígena ou não indígena) para ser **proponente** de seus projetos. Desta forma, as comunidades indígenas podem **executar** seus projetos recorrendo a uma organização regulamentada em quem confiam para ser proponente. Neste caso, as comunidades ficam sendo as EXECUTORAS e a organização parceira, a PROPONENTE do projeto.

Quais as responsabilidades da PROPONENTE e da EXECUTORA quando o projeto é aprovado?

A PROPONENTE tem responsabilidade de:

- Participar da Oficina de Capacitação Inicial do PDPI;
- Assinar os contratos com o PDPI e com o Banco do Brasil;
- Receber os recursos numa conta específica para o projeto e aplicar junto às comunidades executoras, conforme o plano de trabalho;
- Fazer licitações e levantamento de preços para a compra de material e equipamentos previstos no projeto;
- Fazer termo de referência e contratar serviços quando previstos no plano de trabalho;
- Controlar o uso dos recursos financeiros do projeto para que sejam gastos conforme o plano de trabalho, sujeitando-se a auditorias do Banco do Brasil, da Secretaria Federal de Controle, do Ministério do Meio Ambiente e do KfW;
- Fazer prestações de contas mensais dos recursos recebidos, conforme as regras do PDPI;
- Fazer os relatórios semestrais (roteiro enviado pelo PDPI) junto com as comunidades EXECUTORAS do projeto;
- Enviar prestações de contas e relatórios nos prazos estabelecidos pelo PDPI;

Os EXECUTORES têm responsabilidade de:

- Elaborar o projeto;
- Indicar representantes para participar da Capacitação Inicial do PDPI;
- Realizar as atividades de acordo com o plano de trabalho apresentado no projeto;

- Acompanhar o desembolso dos recursos feito pela proponente;
- Usar os recursos do PDPI conforme o plano de trabalho do projeto aprovado;
- Acompanhar as compras e prestações de contas;
- Fazer os relatórios semestrais junto com a organização proponente;

Valor e tempo de duração dos projetos no PDPI

Dependendo do que as comunidades executoras pretendem fazer é que se pode calcular o custo e o tempo de duração necessários para realizar as atividades do projeto.

Tempo do Projeto: no PDPI os projetos podem ter no máximo a duração de três anos ou 36 meses. O importante é que os executores planejem bem o tempo que será necessário para que consigam realizar todas as atividades previstas no plano de trabalho na época correta de cada uma. É importante pensar em que período do ano o projeto precisa começar, se no verão ou no inverno, já que algumas atividades dependem da estação climática correta para dar certo.

Quanto de recursos pode ser solicitado ao PDPI? No PDPI existem dois tipos de projeto considerando a quantidade de recursos financeiros solicitada:

- **Projetos Pequenos:** projetos que solicitam ao PDPI até o máximo de R\$ 100.000,00. Sugerimos às organizações novas, sem experiência com projetos ou àquelas pequenas organizações, que representam uma ou poucas comunidades para que mandem projetos pequenos ao PDPI, pois estes são mais facilmente gerenciados e servem como um treinamento para fortalecer a experiência e a prática da organização em assuntos administrativos e financeiros. Em geral, o processo de aprovação de pequenos projetos em relação aos grandes projetos.
- **Projetos Grandes:** projetos que solicitam ao PDPI entre R\$ 100.000,00 e R\$ 400.000,00. Estes projetos são mais indicados para organizações com mais experiência ou de abrangência regional, que representam mais de uma terra e/ou povo indígena.

Contrapartida: todos os projetos precisam ter uma contrapartida das comunidades executoras. Contrapartida é todo tipo de contribuição que a comunidade indígena, a organização proponente e outras organizações parceiras (governamentais ou não-governamentais) envolvidas na execução do projeto podem oferecer para sua realização. Podem ser consideradas como contrapartida:

- o uso de equipamentos - como veículos, barcos, ferramentas, etc. - que já pertencem à comunidade ou à organização indígena;
- o uso de espaços como galpões, salas de aula, enfermarias, escritórios já construídos na terra indígena ou fora dela;
- os serviços de algum consultor ou técnico que vai participar de atividades do projeto, mas que já recebe seu pagamento de outro lugar;
- o trabalho da comunidade ou sua contribuição direta, fornecendo alimentação, mão de obra, materiais, etc.

Para colocar a contrapartida, a proponente precisa ter uma estimativa (idéia) do gasto de cada serviço. Por exemplo: numa região o aluguel de barco é cobrado pelo preço de R\$ 50,00 por dia e a associação vai emprestar o barco para fazer atividades do projeto por 10 dias, então, o valor estimado de uso do barco usado como contrapartida vai ser de 10×50 ou R\$ 500,00.

IMPORTANTE:

O valor colocado na contrapartida é o preço de uso do equipamento ou do serviço e não o preço de compra do equipamento!

- **Contrapartida nos pequenos projetos** (até R\$ 100.000,00): a soma das contrapartidas deve ser maior ou igual a um valor de 10% do recurso solicitado ao PDPI. Por exemplo: se o projeto pede R\$ 80.000,00 a soma dos itens de contrapartida tem que ser no mínimo R\$ 8.000,00.

- **Contrapartida nos projetos grandes** (de R\$ 100.000,00 a R\$ 400.000,00): a soma das contrapartidas deve ser maior ou igual ao valor de 20% do recurso solicitado ao PDPI. Por exemplo: se o projeto pede R\$ 320.000,00 a soma dos itens de contrapartida tem que ser no mínimo R\$ 64.000,00.

O que acontece com os projetos quando eles chegam no PDPI?

1. Triagem: Primeiro, cada projeto recebe um número de protocolo e é encaminhado para um dos assessores técnicos do PDPI. Os assessores fazem uma análise preliminar (triagem) dos projetos, pedindo esclarecimentos, dando sugestões ou informando a necessidade de reformulação completa da proposta pelos proponentes. O papel da equipe técnica não é aprovar nem reprovar projetos, senão ajudar os projetos terem mais chances na concorrência.

2. Análise pelos pareceristas do GAP (Grupo de Análise de Projetos): Quando os projetos estão bem claros e com chances para concorrer, a equipe técnica do PDPI envia-os para consultores especialistas naquele povo, naquela região ou no assunto abordado pelo projeto, sendo que estes consultores devem estar cadastrados no PDPI como membros do GAP. Cada projeto é mandado para dois destes consultores ("pareceristas") para ser analisado, seguindo um manual com 10 itens. Caso um parecerista reprove o projeto e o outro aprove, mandamos a proposta para um terceiro, que deverá desempatar. Só se dois pareceristas aprovam o projeto, ele continua concorrendo. Os projetos reprovados nesta fase são devolvidos aos proponentes com explicações e orientações.

3. Julgamento dos projetos: Os projetos pequenos (que solicitam menos de R\$ 100.000,00) aprovados pelos consultores do GAP são julgados por uma equipe composta por membros da Unidade de Gerenciamento do PDPI (UG), do PDA e da COIAB que decide quais deles serão aprovados. Os projetos grandes (que solicitam acima de R\$ 100.000,00 até 400.000,00) são julgados pela Comissão Executiva (CE) do PDPI, composta de quatro membros indígenas indicados pela COIAB e quatro membros representantes do Governo Federal.

4. Projetos aprovados: as organizações proponentes recebem um ofício comunicando a aprovação e devem indicar representantes, principalmente da equipe que ficará responsável por gerenciar a proposta, para participar da Oficina de Capacitação Inicial do PDPI. Esta oficina serve para que o PDPI possa explicar suas regras administrativas e financeiras, fazer ajustes no projeto junto com os proponentes e preparar os documentos de contrato com o Banco do Brasil para o repasse de recursos.

Como fazer um projeto para o PDPI?

O PDPI tem um formulário próprio que serve para orientar quem está escrevendo o projeto. O formulário do PDPI está disponível em dois formatos: um eletrônico (para ser preenchido no computador) e um manual (que acompanha este caderno explicativo). Os formulários podem ser solicitados à equipe do PDPI através do telefone (92) 3644-1541, do e-mail pdpi@pdpi.com.br e o formulário eletrônico pode ser obtido também através do site do PDPI (?). No entanto, antes de preencher o formulário, as comunidades envolvidas devem discutir para decidir o que pretendem fazer.

Como já dissemos anteriormente, para o PDPI os projetos devem ser não só executados, mas também elaborados de forma participativa, envolvendo o maior número de pessoas possível. Já que fazer um projeto em conjunto entre várias pessoas não é uma tarefa simples, vamos dar algumas sugestões para ajudar as comunidades planejarem sua proposta de forma participativa.

Etapas para a construção participativa de um projeto

- Primeiro passo - reunir as comunidades para discutir seus problemas e potencialidades: para esta tarefa pode-se chamar todos os interessados de cada comunidade (ou aldeia) ou definir alguns representantes de cada local para participar da reunião. Os participantes podem se reunir num lugar amplo (numa escola ou outro local com espaço) e devem escolher uma ou mais pessoas para coordenar a reunião e para registrar (escrever) o que está sendo discutido. Neste momento é interessante convidar os parceiros (instituições governamentais, ONGs indigenistas, etc.) e assessores de confiança das comunidades envolvidas para ajudar. Devem anotar numa lousa ou num cartaz todos os problemas e todas as potencialidades (condições que as comunidades já têm para resolver seus problemas) que forem levantados na reunião.

Exemplo de um levantamento de problemas e potencialidades pelas comunidades

Lista de problemas:

- Invasão da terra indígena
- Roubo de caça e peixe da terra indígena
- Falta de renda para as famílias
- Dificuldade de comercializar os produtos
- Falta de peixe em algumas aldeias
- Problemas de alcoolismo entre os jovens
- A língua indígena está sendo perdida

Lista de potencialidades:

- Muitos rios e lagos para criar ou manejar peixe
- Muitas espécies de árvores frutíferas para plantar nos limites terrestres
- Muitas pessoas dispostas a trabalhar pela terra indígena
- Caminhos na mata
- Alguns bons parceiros
- Conhecimento e prática de técnicas tradicionais de plantio
- Conhecimento de todo o território
- Professores capacitados para leitura e escrita
- Barco da associação

- Segundo passo - decidir quais são as prioridades: depois que os envolvidos na reunião já fizeram uma lista de problemas e potencialidades é preciso analisar quais são prioritários, ou seja, qual problema dentre os apresentados é mais urgente e tem a possibilidade de ser resolvido com as condições existentes nas comunidades, na associação e através do apoio de seus parceiros. Resumindo, deve ser prioridade o problema que (a) for mais grave porque ameaça mais a

vida das pessoas, (b) atingir o maior número de pessoas, (c) estiver relacionado a um número maior de outros problemas e (d) for possível de resolver com as ações das pessoas envolvidas e seus parceiros durante o tempo de execução do projeto.

Exemplo da escolha de um problema para resolver com o projeto

Depois de muito discutir, as comunidades do nosso exemplo decidiram que o problema mais urgente para ser resolvido era o de invasão da terra indígena, já que outros problemas estavam relacionados com este (roubo de caça e peixe, falta de peixe); que afetava um número maior de pessoas (todos que vivem na terra indígena) e que era possível de ser resolvido com as ações (atividades) de um projeto. É importante lembrar que não basta ser urgente para que o problema seja considerado prioritário: as comunidades precisam pensar se é possível resolver aquele problema com ações das próprias comunidades ou se é um problema que sai de sua governabilidade. Um projeto só tem chance de dar certo se tratar de um problema que possa ser resolvido (ou pelo menos melhorado) com atividades realizadas pelas comunidades envolvidas. Isso significa que para escolher um problema prioritário para escrever o projeto, as comunidades devem avaliar muito bem as suas potencialidades para ver se é possível resolver o problema com as suas próprias ações.

- Terceiro passo - pensar nos resultados esperados: decidido o problema que as comunidades julgaram como prioritário para ser resolvido, deve-se pensar na situação que querem chegar se o problema for solucionado, ou seja, quais resultados pretendem alcançar com o projeto.

Exemplo: Resultados esperados

No nosso exemplo, esperamos ter como resultados através das ações do projeto que: (a) a terra indígena fique protegida contra invasões e roubo de caça e pesca e (b) que aumente a quantidade de peixe nos rios e lagos da terra indígena.

- Quarto passo - planejar as atividades necessárias para alcançar os resultados:
neste momento as comunidades ou seus representantes reunidos devem pensar que **ações** ou **atividades** podem fazer para alcançar os resultados esperados, ou seja, para que as potencialidades das comunidades sejam aproveitadas para solucionar o problema discutido inicialmente. Para o projeto dar certo as comunidades precisam conseguir fazer, elas mesmas, estas ações, mesmo que contem com a ajuda ou orientação de assessores ou parceiros. O momento mais importante na construção de um projeto é o planejamento das ações. Quanto mais bem planejadas as atividades, maiores as chances dos resultados serem alcançados e do projeto dar certo!

Exemplo: definição das ações necessárias para se alcançar os resultados esperados

No nosso exemplo as pessoas que estavam reunidas começaram a pensar nas ações ou atividades que poderiam fazer para resolver o problema de invasão da terra indígena e o problema de falta de peixe e foram fazendo uma lista de atividades na lousa para que todos pudessem dar opinião e discutir. Nessa primeira discussão sobre as atividades cada um foi dando sua idéia sem se preocupar ainda com a ordem cronológica das ações. A lista de atividades na lousa ficou da seguinte maneira:

Ações para resolver o problema de invasão

- fazer aviventação dos limites terrestres da terra indígena;

- fazer viagens de fiscalização nos limites pelo menos uma vez a cada três meses;
- fazer camisetas, bonés e folhetos para conscientizar os moradores vizinhos (da cidade, das fazendas, etc) da importância de respeitar os limites da terra indígena;
- Capacitar representantes indígenas em legislação ambiental e indigenista para apoiar os órgãos do governo responsáveis pela fiscalização (IBAMA, FUNAI, etc) na vigilância da terra;
- construir novas aldeias em locais estratégicos para fazer a vigilância.

Todas estas ações ou atividades poderão ajudar a alcançar o resultado esperado, que neste caso é ter a terra indígena protegida contra invasores.

Ações para resolver o problema de falta de peixe

- capacitar alguns moradores de cada aldeia da terra indígena em manejo de peixe em rio e lago;
- procurar apoio técnico para fazer um plano de manejo adequado para cada aldeia;
- executar o manejo de peixe nas aldeias
- conhecer o trabalho de manejo de peixe em outras terras indígenas da mesma região;
- procurar apoio do IBAMA e outros parceiros.

- Quinto passo - preencher o plano de trabalho no cartaz do PDPI: este é o momento mais importante da elaboração do projeto e deve ser feito com a participação do maior número de pessoas possível. Mesmo que depois não consigam completar o formulário, entreguem ao PDPI o cartaz com o plano de trabalho preenchido que ajudará nossa equipe entender a idéia do projeto.

Cartaz do PDPI para preencher com o plano de trabalho

Resultado 1:											
Nº	Atividade	Como?	Onde?	Quem?	Quando?	O que precisa?					
1.1	Qual é a primeira ação que deve ser feita para se conseguir o resultado planejado?	Explique como vão fazer esta ação	Onde esta atividade vai ser feita?	Quem será responsável pela atividade? e quem vai participar?	Quando a atividade deve ser feita (em que época do ano, em que mês, em que ano do projeto e durante quanto tempo?)	Prod. Serv.	Quant.	Preço Unit	Preço total	Elem. Desp.	Quem Paga?
1.2	Qual é a segunda ação ...										
1.3											
Resultado 2:											
2.1											

- a) Em primeiro lugar as comunidades devem indicar uma pessoa para escrever no cartaz as idéias discutidas na plenária.
- b) O cartaz deve ser aberto num local onde todos os participantes possam ver o que está sendo escrito.
- c) O cartaz deve ser preenchido com pincel atômico.
- d) Para cada resultado deve-se organizar as atividades, numerando-as de acordo com sua ordem cronológica, ou seja, analisar a lista de atividades na lousa e decidir qual deve ser a primeira, a segunda, a terceira e assim por diante.
- e) Decidida a ordem das atividades do resultado 1, pode-se preencher a tabela:
 - Na primeira coluna descreve-se a atividade, como cada atividade é uma ação, deve iniciar sempre com um verbo (fazer, realizar, implantar, etc.).
Por exemplo: fazer a aviventação dos limites da terra.
 - Na segunda coluna, explica-se como a atividade ou ação deve ser feita. É importante detalhar bem para que pessoas que não conheçam a região possam entender como vai ser a atividade só pelo que está escrito no projeto. Por exemplo: para fazer a aviventação vamos mandar 10 homens (1 de cada aldeia) para os limites durante 7 dias eles vão limpar a picada e

plantar as mudas de espécies nativas no local da picada com a distância de duas braças uma da outra.

- III. Na terceira coluna escreve-se onde vai acontecer cada ação. No exemplo da aviventação: na linha seca da terra indígena.
- IV. Na quarta coluna é preciso dizer 1) quem vai ficar responsável pela ação e 2) quem vai participar da ação. Os responsáveis são aqueles que vão planejar e organizar a atividade. Os participantes são aqueles que estão envolvidos diretamente na ação, aqueles que participam da atividade. Por exemplo: o coordenador do projeto será o responsável por organizar a atividade de aviventação e os participantes serão 10 homens, sendo 1 de cada aldeia.
- V. Na quinta coluna indica-se quando a atividade deve ser feita: em que época do ano (se no verão ou no inverno), em que mês do ano, em que ano do projeto (se no primeiro, segundo ou terceiro anos) e durante quanto tempo. Algumas atividades podem ser feitas em um ou alguns dias de um mês, outras atividades levam meses sendo realizadas, por isso é importante indicar o tempo de duração de cada ação em dias ou meses. Também é bom indicar em que mês do projeto a atividade deve começar. Por exemplo: a aviventação deve iniciar no quarto mês do projeto, pois precisam antes fazer uma reunião para decidir quem vai participar, preparar as mudas, etc. Por outro lado, a aviventação tem que ser feita no verão para dar certo, então o quarto mês do projeto deve ser no verão.
- VI. Na sexta coluna indica-se tudo que será necessário para fazer a atividade. É o que chamamos de orçamento do projeto. Esta coluna está toda dividida em pequenas colunas para que se possa dar informações detalhadas de cada item ou serviço necessário para as atividades. Deve-se notar que cada atividade precisa de vários itens para que possa acontecer de maneira satisfatória. Por exemplo, para fazer aviventação dos limites da terra é

preciso ter: mudas, sementes, ferramentas, botas, alimentação, mão de obra, transporte para chegar até o local, entre outras coisas. Assim, para a linha que indica aviventação de limites a parte do que precisa tem várias linhas (uma para cada item de despesa) e várias colunas (para dar detalhes de cada item de despesa).

Como montar a coluna do "O que precisa?" ou do orçamento

- Na primeira coluna do "o que precisa" escreve-se o nome do item de despesa, seja um produto ou um serviço. Um exemplo de produto é "ferramentas", um exemplo de serviço é "motorista de barco".
- Na segunda coluna escreve-se a quantidade do produto colocado no item de despesa ao lado. Por exemplo: o produto é gasolina e a quantidade, 300 litros.
- A terceira coluna indica o preço da unidade do produto. Por exemplo, se o produto é gasolina, a unidade da gasolina é o litro. Nessa coluna deve-se colocar o preço do litro da gasolina.
- Na quarta coluna escreve-se o preço total daquele produto ou serviço. Por exemplo: se o produto (primeira coluna) é a gasolina, a quantidade é igual a 300 litros (segunda coluna), o preço por litro é R\$ 2,90 (terceira coluna), o preço total vai ser igual 300 litros x 2,90, que dá R\$ 870,00 (quarta coluna).
- Na quinta coluna deve-se classificar o produto em um dos sete elementos de despesa considerados pelo PDPI: (1) material de consumo, (2) transporte e deslocamento, (3) veículos, máquinas e equipamentos, (4) despesas administrativas, (5) obras e instalações, (6) serviços de terceiros e (7) equipe permanente.

- A sexta coluna é para dizer se aquele item de despesa (o produto ou serviço) deverá ser pago pelo PDPI ou se será contrapartida (CP) da comunidade. Por exemplo, a alimentação para aviventação pode ser colocada como contrapartida. As linhas dos produtos e serviços pagos pelo PDPI devem ser feitas em caneta preta ou azul e as linhas dos produtos e serviços de contrapartida devem ser escritas em caneta vermelha para diferenciar.

Atenção!

Se um produto ou serviço for indicado como contrapartida da comunidade, o mesmo produto ou serviço não pode ser financiado pelo PDPI. Por exemplo: se no projeto o item "ferramentas" for colocado como contrapartida, não será possível comprar ferramentas com o financiamento do PDPI.

Depois de colocar em cada linha todos os itens de despesa de uma determinada atividade, é preciso somar todas as linhas pretas ou azuis da coluna "preço total" e indicar esta soma como o valor que o PDPI vai financiar para aquela atividade. Somando-se as linhas em vermelho, ou seja, com os valores de contrapartida chega-se ao valor total da contrapartida para aquela atividade (ver exemplo do cartaz preenchido abaixo).

- f. Após preencher o cartaz, é preciso somar os custos de todas as atividades e ver o valor total que será solicitado ao PDPI. É preciso também somar as contrapartidas de todas as atividades e indicar o valor final.

Cartaz preenchido com o plano de trabalho do nosso exemplo

Resultado 1: Problema de invasão da terra indígena resolvido								
Nº	Atividade	Como?	Onde?	Quem?	Quando?	O		
						Prod. Serv.	Quant	Preço Unit.
1.1	Buscar parceria com IBAMA e FUNAI locais	Presidente da associação e coordenador do projeto entram em contato e fazem termo de compromisso escrito	Na cidade	Presidente da associação e coordenador do projeto	No primeiro mês do projeto.	Gasolina	50L	2,20
						Uso do barco da associação	2 dias	50,00 dia
						TOTAL PDPI		
						TOTAL CP		
1.2	Fazer um curso para capacitar alguns indígenas sobre legislação ambiental e indigenista	Um curso de 15 dias organizado em parceria com técnicos do IBAMA e da FUNAI	Na aldeia Morada	Técnico do IBAMA dá o curso. Participantes: 2 lideranças de cada aldeia	No segundo mês do projeto, que deve ser no verão. Setembro.	Material didático	20	12,50
						Gasolina	300L	2,20
						Frete barco da associação	4 dias	50,00 dia
						Comida	15 dias	100,00 dia
						Uso da escola	15 dias	50,00 dia
						Cozinha	15 dias	30,00 dia
						Passagem dos instrutores	2	1500,0
						TOTAL PDPI		
TOTAL CP								
1.3	Fazer aviventação dos limites	Plantar mudas e sementes de espécies frutíferas nativas da região na linha seca	Na linha seca de demarcação da terra indígena	2 homens de cada aldeia coordenados pelos agentes agroflorestais	No verão (setembro/Outubro)	Sacos p/ mudas	1000	0,20
						Sementes de espécies nativas	1000	1,00
						Mudas de espécies nativas	1000	1,50
						Ferramentas	20 conjuntos	50,00
						Comida	20 dias	100,00 dia
						Motorista	20 dias	30,00
1.4	Etc.							
Resultado 2: Quantidade de peixe nos rios e lagos suficiente para alimentar todas as aldeias								
2.1	Fazer um levantamento das condições para manejo e/ou criação de peixe na TI	Contratar consultores habilitados para fazer um levantamento com métodos participativos na TI	Contratar na cidade	Coordenador do projeto é responsável pela contratação. Apoio do IBAMA.	De novembro a janeiro	Pagamento dos consultores	2 consultores por 3 meses	2500,0 mês
						Passagem dos consultores	2	1500,0
						Alimento dos consultores	2	300,00 mês
						Hospedagem consultores	2	300,00 mês
						TOTAL PDPI		
						TOTAL CP		

- Sexto passo - passar as informações para o formulário do PDPI: depois de

discutir e preencher o plano de trabalho de forma participativa, ou seja, com a participação de todas as comunidades envolvidas ou pelo menos os seus representantes, é preciso colocar algumas informações no formulário do PDPI. São as informações básicas sobre a organização proponente, sobre os executores, o contexto e a justificativa do projeto. A parte mais importante do projeto é o cartaz com o plano de trabalho e, se tiverem muita dificuldade de preencher os outros documentos, os proponentes podem encaminhar ao PDPI o cartaz como primeira versão do projeto. Por outro lado, as outras informações também são fundamentais para que nossa equipe possa entender bem o projeto e por isso, sugerimos que façam o maior esforço possível para enviar o cartaz junto com o formulário preenchido. O formulário, ao contrário do plano de trabalho, pode ser preenchido por uma ou poucas pessoas que tenham mais facilidade para escrever, inclusive assessores da confiança de quem vai executar o projeto. Para preencher o formulário basta preencher as questões nos espaços reservados. Pode ser preenchido à mão ou no computador. Se tiverem dúvidas para preencher o formulário (do qual o cartaz com plano de trabalho faz parte), entrem em contato com a equipe técnica por telefone ou e-